



EDUCAÇÃO POPULAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOB A PERSPECTIVA DECOLONIAL

Silvana Pires de Matos ¹
Alexandra Carniel ²

RESUMO

O objetivo deste artigo é expor, por meio de escrita, a proximidade da Educação Popular com a perspectiva decolonial. O texto consiste em uma revisão bibliográfica, apontando de que modo a Educação Popular pode ser entendida como resistência ao colonialismo. Além disso, o estudo traz dados resultantes de uma pesquisa de Mestrado sobre a região do Alto Uruguai - Rio Grande do Sul (RS) - compartilhando informações sobre a organização dos Movimentos Sociais e sua relação com a Educação Popular desenvolvida pelo CEPO. A Educação Popular, por meio da perspectiva decolonial, possibilita romper com diversos paradigmas impostos pelos colonizadores, sendo uma forma de valorizar a diversidade cultural e os diferentes saberes produzidos, é oportunizar aos povos originários a escrita e o desígnio sobre sua própria história. Como resultados, identificamos que a relação dos Movimentos Sociais e Educação Popular, analisada sob a perspectiva decolonial, possibilitou problematizações acerca da realidade excludente e opressora que vivemos, fomentando estudos e discussões relacionados ao campo pedagógico e político.

Palavras-chave: Educação Popular, Decolonialidade, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The purpose of this article is to expose, through writing, the proximity of Popular Education with the decolonizing perspective. The text consists of a bibliographical review, pointing out how Popular Education can be understood as resistance to colonialism. In addition, the study brings data resulting from a Master's research on the region of Alto Uruguai - Rio Grande do Sul (RS) - sharing information on the organization of Social Movements and their relationship with Popular Education developed by CEPO. Popular Education, through the decolonizing perspective, makes it possible to break several paradigms imposed by the colonizers, therefore valuing cultural diversity and the different forms of knowledge produced, also providing opportunities for native peoples to write and design their own history. As a result, we identified that the relationship between Social Movements and Popular Education, analyzed from a decolonizing perspective, allowed for problematization about the exclusionary and oppressive reality we live in, fostering studies and discussions related to the pedagogical and political field.

Keywords: Popular Education, Decoloniality, Social Movements.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Geografia – pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão/PR. Docente na rede municipal de ensino de Concórdia - SC. E-mail: sil26pires@gmail.com.

² Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Geografia - pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão/PR. Docente da rede municipal de ensino de Aratiba- RS. E-mail: carnielalexandra@gmail.com.



A perspectiva decolonial nasce com o intuito de refletir e discutir as posições de colonizador e colonizados, atrelado ao debate de alienação colonial que foi construído ao longo dos anos, seja através da exploração, dominação ou conflito entre países da América Latina e países europeus.

Nesse sentido, o pensamento decolonial envolve desde a construção teórica até as lutas contra dominação, expropriação e opressão dos povos latino-americanos. Assim, a Educação Popular numa perspectiva decolonial pode ser vista como luta das classes populares contra as desigualdades sociais.

Considerando a relevância do tema, o presente texto justifica-se pela emergência de ampliar as discussões sobre lutas sociais de (re)existências contra opressões, exclusões e expropriações sofridas pelas classes populares. Nesse contexto, a perspectiva decolonial não se mantém somente no campo da abordagem teórica, mas também nas lutas cotidianas, ressignificando relações sociais, culturas e modo de vida atuais. Portanto, este estudo consiste em uma revisão bibliográfica, apontando como a Educação Popular pode ser entendida enquanto uma forma de resistência ao colonialismo. Assim, objetivamos expor, por meio de escrita, a proximidade da Educação Popular com a perspectiva decolonial. As reflexões construídas neste trabalho partem de leituras acadêmicas e, ademais, de pesquisa de Mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Francisco Beltrão.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico deste trabalho tem início com a revisão bibliográfica, de cunho qualitativo, resultante de leituras e reflexões desenvolvidas durante o trabalho de pesquisa.

Para isso, recorreremos aos estudos e investigações de Freire (1987), Gohn (2006) e Paludo (2005) e, ainda, no que diz respeito a perspectiva decolonial partimos dos pressupostos teóricos de Aníbal e Quijano (2005).

Também nos pautamos em dados resultantes da pesquisa de Mestrado na região do Alto Uruguai - Rio Grande do Sul (RS) - compartilhando informações sobre a organização dos Movimentos Sociais e sua relação com a Educação Popular desenvolvida pelo CEPO.



EDUCAÇÃO POPULAR E DECOLONIALIDADE

Em um país assinalado historicamente por desigualdades sociais, de raça e de gênero, o momento atual, marcado pela pandemia do Corona Vírus, mostrou o quanto as classes populares estão vulneráveis, à margem da sociedade, enfrentando inúmeras dificuldades, por meio da ineficácia de políticas públicas da atual conjuntura brasileira. A pandemia ampliou as desigualdades. A busca de soluções para problemas econômicos, ambientais, étnicos, religiosos, de raça ou gênero encontra caminho nas mobilizações sociais, nas organizações sindicais e nas práticas de Educação Popular.

Diante desse cenário, a Educação Popular contribui promovendo engajamento social e empoderamento das classes populares para lutar por mudanças sociais. Nesse âmbito, ressaltamos que a Educação Popular, na sua concepção libertadora, defendida por Paulo Freire, compreende uma educação fundamentada nas relações afetivas e sociais, reconhecendo a diversidade cultural e apropriando-se de conhecimentos historicamente construídos. Constituindo-se a partir da materialidade e concretude vivida pelas classes populares, valorizando os saberes que precedem o espaço escolar, ou seja, o conhecimento social e cultural do povo, os quais são compartilhados, pois conhecimento produzido só tem impacto quando é socializado, agregando valores e aprendizados na luta de classes.

A Educação Popular se reporta à cultura, valores e saberes dos sujeitos envolvidos, saberes esses que respaldam e reverberam em sua realidade e condição de vida, assim como ações políticas e pedagógicas que amparam o movimento popular. Os saberes populares, isto é, aqueles adquiridos, produzidos e socializados fora do espaço escolar, são significativos para a reflexão coletiva dos movimentos sociais populares.

A Educação Popular contribui para priorizar o reconhecimento e a consciência de classe a partir da compreensão das contradições existentes na realidade dos grupos sociais, a necessidade de transformação das estruturas opressoras, ou seja, a educação é o instrumento para lutar contra a desigualdade social, econômica, cultural, política vigente, e reafirmar culturas e modos de vida, visando a valorização e disseminação de saberes dos diferentes povos. Assim, através dos movimentos populares, há exposição do descontentamento social em relação à exclusão, ao acesso aos direitos, entre outros que versam sobre conjunturas excludentes. Nesse viés Brandão (1984, p.69) expõe que nas obras de Paulo Freire a Educação Popular é “[...]instrumento que opera no domínio do conhecimento a serviço do processo de passagem do povo, se sujeito econômico a sujeito político, capaz de transformar relações sociais [...]”



O exposto reforça a relevância da Educação Popular enquanto resistência, pois os sujeitos envolvidos trazem sua contribuição educativa através da mobilização e da resistência pela conquista de seus direitos. Gerhardt e Junges (2017, p. 72) reiteram que há “[...] o empoderamento de diferentes formas de resistência em relação a projetos do capital, que se apresentam como hegemônicos e únicos e, por vezes, até imprescindíveis, parece ser uma demanda atual e urgente no que diz respeito à educação popular [...]”.

Essa luta compreende a reafirmação da própria identidade do grupo social, a construção de laços culturais e sociais para o espaço destes sujeitos e, nessa perspectiva que existe a possibilidade de construir novos projetos para “os da margem”, com foco na Educação Popular enquanto arcabouço para responder as imposições hegemônicas (GERHARDT; JUNGES, 2017, p. 72-73).

Destarte, a Educação Popular pode ser compreendida como uma prática decolonial, para Amorim e Silva (2015, p. 43) o “[...] Pensamento Decolonial é um movimento de resistência-teórico, epistêmico, cultural e político à lógica da Modernidade/Colonialidade [...]”, em outras palavras, que visa romper com diversos paradigmas impostos pelos colonizadores, sendo uma forma de valorizar a diversidade cultural e os diferentes saberes produzidos. Para Quijano (2000, p. 342), o poder capitalista é constituído, entre diversos elementos, pela Colonialidade, que tem origem na América a partir da dominação europeia sobre os povos originários, construindo uma divisão social baseada no conceito de raça, formando uma concepção de poder sob diversas dimensões, como material ou subjetiva.

Nessa perspectiva, Quijano (2005) destaca que a América Latina, por ser historicamente constituída sob influência europeia, é marcada pelo saber eurocêntrico, que sempre foi tomado como padrão e sustentou os saberes e conhecimentos latinos, não obstante prevalecendo os saberes dos colonizadores em detrimento dos colonizados, resultando no silenciamento dos povos e classes subalternas. Assim sendo, os países latino-americanos se constituíram como “[...] espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade [...]” (QUIJANO, 2005, p. 117).

No mesmo sentido, Marcelino (2018) expõe que a Europa é vista como o centro do mundo, recebendo a valorização histórica, cultural e científica de suas produções acadêmicas, em que as demais regiões do globo e suas pesquisas são vistas como subalternas³ pelo domínio eurocêntrico. Para o autor,

³ Termo cunhado por Antônio Gramsci, se refere a grupos sociais excluídos socialmente. Gramsci “passou a utilizá-la no lugar das noções mais consagradas de proletariado, classe operária, campesinato” (GALASTRI,



A violência física e epistemológica do processo de colonização resultou na tentativa do apagamento dos saberes dos povos colonizados bem como no processo 'branqueamento' de suas culturas, das suas epistemes, e das suas organizações de vida. (MARCELINO, 2018, p. 9, grifo do autor).

A colonização resultou no esquecimento e na exclusão dos saberes dos diferentes povos originários das colônias de exploração, e em suas culturas foi impresso à força o domínio de seus colonizadores a colonialidade, que deixou marcas na educação, na produção acadêmica, na religião, no idioma e na culinária. Diante da construção histórica do mundo colonial, que visa romper e superar a colonialidade do ser e saber, pretende-se fomentar um movimento de comprometimento com novas construções teóricas e sociais. Conforme Suess e Silva (2019, [04]) a abordagem teórica e prática, no viés decolonial traz alguns questionamentos a serem feitos e discutidos, como:

[...] a crítica às concepções dominantes de modernidade; as situações de opressões vivenciadas na América como consequências do colonialismo; o conceito de raça como importante instrumento de dominação europeia; a superação da colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber; a ruptura com o eurocentrismo; a busca de uma nova civilidade e novas formas de organização espacial; e ainda, a interculturalidade crítica e a transculturalidade como importantes ferramentas para um novo projeto de sociedade.

A Educação Popular, a partir de uma perspectiva decolonial, promove outra leitura da realidade, que a de narrar a história a partir de outras vozes, da voz dos povos colonizados, dos oprimidos e dominados, da população marginalizada que sofreu e ainda sofre opressões pelo domínio europeu. Possibilitar o raciocínio por meio da perspectiva decolonial é romper com diversos paradigmas impostos pelos colonizadores, é uma forma de valorizar a diversidade cultural e os diferentes saberes produzidos, é oportunizar aos povos originários a escrita e o desígnio sobre sua própria história.

A colonialidade está presente no modo como a sociedade se organiza, nos hábitos, nos costumes, nas relações políticas e econômicas. O mundo está dividido em hierarquias, em países desenvolvidos, com alto padrão de desenvolvimento técnico e científico e em países em desenvolvimento com sérios problemas sociais e que ainda sofrem as mazelas da colonialidade e de um passado marcado pela exploração. Nesse viés, Mota e Streck (2019, p. 216, grifo dos autores) expõem que Paulo Freire apontou diferentes questões inerentes à colonialidade e

p.36, 2014), sendo grupos que estão à margem da sociedade, que por vezes tomam iniciativas de questionar o sistema hegemônico.



colonialismo, assim as proposições do autor se constituem como “[...] uma fonte fundamental para a constituição de uma *pedagogia decolonial* na América Latina, na medida em que mobiliza os grupos subalternos a lutarem autonomamente pela transformação da sociedade e superação dos mais diversos legados do colonialismo [...]”.

As práticas da Educação Popular vêm ao encontro da necessidade de desmistificar construções teóricas tidas como verdades absolutas, a exemplo de questões relativas à colonialidade do saber, ser e poder. E, através da construção pedagógica e política, possibilitada pela Educação Popular, numa perspectiva decolonial, há possibilidades de descobrir o que os livros não contam, mas o grande processo de exploração do continente americano, o sofrimento, o etnocídio e o genocídio de tantos povos e, para mais, o racismo, o preconceito, a intolerância cultural, religiosa e intelectual que ainda sofre grande parcela da população.

É um novo olhar empírico sobre a realidade, questionando os impactos da colonialidade na sociedade atual, nas profundas desigualdades sociais, na segregação espacial, é um movimento de luta contra as injustiças, na conquista de oportunidades iguais, e na valorização de saberes.

Sob essa ótica, o pesquisador Mota Neto (2015, p. 343) expõe que a Educação Popular, enquanto uma ação pautada na perspectiva transformadora, questiona o caráter supressor da modernidade/colonialidade. O autor partiu do entendimento que a Educação Popular é uma prática de pensamento decolonial, pois tem a pretensão de superar qualquer forma de dominação que é praticada pela modernidade/colonialidade contra grupos e classes subalternas. Por sua vez, em pesquisa posterior Mota Neto e Streck (2019, p. 214) apontam as contribuições de Paulo Freire ao denunciar o colonialismo e a colonialidade através de seus escritos, como por exemplo “[...] a educação bancária, a cultura do silêncio, a invasão cultural, a violência, a desumanização, o patriarcado, o racismo, o latifúndio, o autoritarismo político[...]”.

Em vista disso, a Educação Popular, efetuada pelos Movimentos Sociais, tende a criar uma proposta pedagógica baseada na perspectiva decolonial, de resistência, luta e construção política que dê voz aos que foram historicamente silenciados e oprimidos. Não se dissocia dos Movimentos Sociais de Educação Popular, uma vez que estes buscam a educação como estratégia de enfrentamento as mazelas sociais,

Os movimentos são portadores de uma rebeldia que impulsiona as mudanças na sociedade. [...] são localizados, respondendo a desafios específicos de uma classe, de um grupo social, de uma questão social emergente, diferenciados e, portanto, de uma instituição. [...] são ao mesmo tempo portadores de uma preocupação essencial, de caráter universal, que no caso seria a busca de humanização. (STRECK, 2009, p. 171).



É a partir das vivências dos sujeitos que são elaboradas alternativas e propostas políticas de interesse das classes subalternas, assim é possível afirmar que “[...] não é a educação que forma para, mas são os diferentes sujeitos que vão criando uma nova educação, que se traduz em novas formas de relações sociais, na medida que se inserem em processos, vivenciam e refletem sobre o realizado [...]” (PALUDO, 2001, p. 189).

Destarte, todo conhecimento prévio, seja científico ou da vivência dos sujeitos, é transformado em ferramentas para sondar o seu contexto e, posteriormente, o transformar, quer dizer, é necessário organizar o que se sabe e em seguida planejar as ações de luta e enfrentamento às causas sociais. Nesse viés, Gohn (2006) aponta que a Educação Popular tem como finalidade buscar alternativas pedagógicas que se identifiquem com a cultura, modo de vida e necessidades dos grupos sociais, isto é, há alternativas educacionais com base política e pedagógica que contemplam as classes populares, com objetivos educativos, ações estruturadas e institucionalizadas no âmbito do grupo social.

A Educação Popular é um instrumento de enfrentamento, luta contra interesses e objetivos sociais hegemônicos, a partir dela o povo tem conhecimento sobre sua realidade, possibilitando, assim, a reivindicação de seus direitos (FREIRE, 1987). Logo, num constante processo de construção pedagógica e política, as classes populares avançam progressivamente na construção de conhecimento no tocante à esfera política, histórica, econômica e social, em vista da importância da socialização do conhecimento. Nesse sentido, a Educação Popular pode ser entendida como uma prática do pensamento decolonial. Torres e Carrillo (2016 *apud* MOTA; STRECK, 2019, p. 220), afirmam que

[...] reconhece-se que a educação popular é um conjunto de práticas educativas e de movimentos pedagógicos que acompanham a dinâmica da sociedade em busca de superação de heranças coloniais sedimentadas em estruturas sociais e internalizadas na consciência que se expressam na forma de exploração econômica, de patriarcalismo, de racismo e, não por último, na forma como nos relacionamos com o conhecimento.

Como exposto na obra *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, as lutas sociais e a resistência construída refletem em “[...] seus gestos de rebeldia se repetem hoje na luta dos ‘sem-terra’, dos ‘sem-escola’, dos ‘sem-casa’, dos favelados; na luta contra a discriminação racial, contra a discriminação de classe, de sexo [...]” (FREIRE, 2000 [p.34]). Assim, os Movimentos Sociais questionam práticas colonizadoras e hegemônicas, buscando



escrever uma nova história com seus valores e ideais, que dê voz e visibilidade a classe popular, apontando para uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A colonialidade está presente no modo como a sociedade se organiza, nos hábitos, nos costumes, nas relações políticas e econômicas. À vista disso, a Educação Popular prioriza o reconhecimento e a consciência de classe a partir da compreensão das contradições existentes na realidade dos grupos sociais, a necessidade de transformação das estruturas opressoras, ou seja, a educação como um instrumento para lutar contra a desigualdade social, econômica, cultural e política vigente, além de reafirmar culturas e modos de vida. Desse modo, através da prática da Educação Popular os grupos sociais expressam o seu descontentamento em relação a exclusão social, acesso aos direitos, entre outros que versam sobre conjunturas excludentes, sendo que as lutas foram sendo constituídas em virtude de processos históricos, discursos e práticas do Estado.

Posto isso, podemos falar da relevância da Educação Popular enquanto resistência, pois os sujeitos envolvidos trazem sua contribuição educativa através da mobilização e da defesa de seus direitos, atuando contra o silenciamento e a invisibilidade das classes subalternas.

À guisa de exemplificação, citamos a região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, a qual abrange 32 municípios no norte do estado do Rio Grande do Sul, a definição do marco temporal da pesquisa foi de 1985 até 2005. Nesse período a região presenciou a organização dos agricultores contra o capitalismo e seu caráter excludente, construindo lutas coletivas dos povos do campo, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e MSR (Movimento Sindical Rural), diante disso houve a formação do Centro de Educação Popular (CEPO), contribuindo com seu papel formativo de lideranças políticas.

O CEPO atuou em frentes organizativas basilares para a atuação de atividades em defesa dos direitos dos trabalhadores e agricultores da região do Alto Uruguai, destarte auxiliava na formação e capacitação de lideranças políticas e sociais e no planejamento de estratégias rumo a ações para a luta das demandas dos Movimentos Sociais. A entidade tinha como eixo norteador a Educação Popular, centrada num processo de coletivo e permanente, contemplando os sujeitos envolvidos enquanto históricos e influente na construção de um projeto de sociedade igualitária.



A organização dos Movimentos Sociais foi primordial, pautados na Educação Popular, uma vez que ela veio para contribuir e instigar as lutas por igualdade social, priorizando o reconhecimento e consciência de classe a partir da compreensão das contradições existentes na realidade daqueles grupos sociais.

A entidade buscou atuar de modo coletivo e permanente, contemplando os sujeitos envolvidos enquanto históricos e influentes na construção de um projeto de sociedade igualitária. Assim, os Movimentos Sociais da região intensificaram suas lutas, seja por direitos que contemplem sua realidade, aquela em que possam usufruir de conhecimentos e colocá-los em prática, ou pelas necessidades educacionais e pedagógicas das classes populares.

O CEPO esteve à frente de ações basilares para execução de atividades em defesa dos direitos dos trabalhadores e agricultores da região, por consequência, auxiliava na formação e capacitação de lideranças políticas e sociais e no planejamento de estratégias rumo a ações para lutar pelas demandas dos Movimentos Sociais.

Na referida pesquisa, ficou explícito a relevância da Educação Popular, seus desafios e potencialidades de coadjuvar com a emancipação humana, assim como a significativa atuação dos Movimentos Sociais na região do Alto Uruguai, sempre como um instrumento de luta e viabilização de direitos sociais, ou seja, pela causa das classes populares. Lipsh (2008) expõe que o CEPO nasceu com o propósito de planejar e unir pessoas com o Movimento Popular que estava surgindo, passando a ofertar formações que visavam unificar e organizar práticas que viessem a assessorar o desenvolvimento da região.

Assim, se constitui como uma entidade parceira dos agricultores familiares na região do Alto Uruguai e, de moradores de bairros populares, os projetos seguem rumos não apenas pensados para o desenvolvimento da região, mas relacionados com a conjuntura política e econômica nacional. Para Onçay (2005, p.80) nos espaços rurais, a entidade tinha “como estratégia principal a formação e assessoramento a iniciativas que objetivem a viabilização da Agricultura Familiar [...]”.

A realidade vivida na região do Alto Uruguai (RS), demonstra a relação estreita entre Educação Popular e Movimentos Sociais, em que ambos existem alicerçados nas experiências e práticas dos grupos sociais, e advém da interação com entidades educacionais e/ou intrínseco ao próprio Movimento Social (GOHN, 2011). Nesse viés, William Silva e Everaldo Silva (2016, p. 10) afirmam que “[...] construir saberes outros é despertar a consciência dos humanos para a intervenção e o protagonismo pessoal e coletivo em meio às emergências das realidades sócio-existenciais que nos interpelam e clamam por justiça e igualdade de direitos [...]”.



Diante disso, a Educação Popular tem como prerrogativa a formação a partir e dentro de um longo e complexo percurso de lutas e resistências das classes populares em prol de seus direitos sociais. Assim, nos Movimentos Sociais se constrói o empoderamento e autonomia para lutar em favor do coletivo, denunciando as desigualdades na sociedade, lutando e resistindo pelo acesso aos direitos sociais. Buscando superar a invisibilidade e esquecimento dos camponeses em detrimento do desenvolvimento do/no espaço urbano, ascender para uma educação que extrapole os padrões socioeconômicos e estejam conectados com a realidade rural.

Nessa direção, a Educação Popular centra-se em estimular a criticidade e reflexão que fomenta a construção de conhecimento do mundo (conhecimento esse que não é finito), e implique na mudança de ações e formas de atuar na sociedade, ou seja, tomar consciência de sua realidade.

Ainda, abre espaço para as vozes do povo, para questionar a realidade, construir caminhos alternativos para a sociedade e seus direitos, isto significa, caminhos onde se valorize “[...] a nossa diversidade, reduzindo as nossas desigualdades e imprimindo um modelo de desenvolvimento sustentável e justo. A educação é a grande ferramenta para dar respostas a como chegar a este patamar [...]” (SUESS; SILVA, 2019, [p.32]).

A Educação Popular se constitui como uma ferramenta com o compromisso de realizar mudanças quanto aos processos e ações excludentes da sociedade. Como é o caso da região do Alto Uruguai, lugar onde o CEPO atuou junto aos Movimentos Sociais contestando ações e interesses dominantes. Como aponta Trindade (2002, p. 90) “[...] a intencionalidade de todo processo educativo liga-se à sua essência. E a essência da educação em tempos atuais funde-se na busca do ‘ser mais’ (FREIRE, 1993), na transformação, na mudança e na edificação de uma nova ordem econômica, política, cultural e social [...]”.

Por fim, o exposto demonstra que a Educação Popular é um pilar para avançar em direção as lutas e conquistas de direitos das classes populares, assim como oferece contribuições para a construção de uma pedagogia decolonial. E, as lutas sociais, se fazendo através da *práxis*, tem papel importante na transformação e libertação humana no que condiz a condições desumanas (FREIRE, 1987).

Nesse sentido compreendemos que a Educação Popular feita pelo CEPO e a educação defendida por Freire (1987) estão intrinsecamente ligadas a importância do diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo, sendo primordial o questionamento, a problematização, discussão e reflexões para desmistificar a realidade e construir novos conhecimentos que levem a ações que defendam o interesse das classes populares, ou seja, compreender a realidade e



promover intervenções transformadoras nela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto a Educação Popular, em um viés decolonial, possibilita problematizações acerca da realidade excludente e opressora que vivemos, fomentando estudos e discussões relacionadas ao campo pedagógico e político. A Educação Popular está pautada na transformação da realidade, na luta pela emancipação dos indivíduos de suas condições de opressão. É o trabalho de observar, indagar e questionar o modo como as desigualdades estão impostas na sociedade, causas de luta historicamente vivas nos Movimentos Sociais, visando minimizar injustiças e valorizar a história, a memória e as narrativas da população oprimida pela colonialidade.

Desta maneira, a Educação Popular, reforça-se, a partir da perspectiva decolonial, é uma forma de proporcionar novos olhares sobre os diferentes tempos históricos e suas marcas no espaço geográfico e na sociedade, é um modo de compreender a organização e a historicidade do espaço mundial, as lutas travadas nos diferentes territórios e as relações de poder expressas no cenário mundial.

É preciso a realização de estudos decoloniais para que possamos romper com os paradigmas da colonialidade e construir uma sociedade mais igualitária sem opressão e discriminação. Sob essa ótica, a Educação Popular é essencial na formação da autonomia e da criticidade. Acima de tudo, é a partir da história dos sujeitos postos à margem da sociedade que se constrói e reconstrói um percurso desafiador e permeado por lutas e conflitos, que edificam caminhos de resistência, esperanças e conquistas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, E. A.; SILVA, J. F. da. Abya-Yala como território epistêmico: pensamento decolonial como perspectiva teórica. *Interritórios Revista de Educação*, Caruaru, v. 1, n. 1, 2015.

BRANDÃO, C. R. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indignacao%20A7%20A3o.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.



GALASTRI, L. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. *Miolo Revista Critica Marxista*, n°39, 2014.

GERHARDT, M. C.; JUNGES, F. C. Movimentos Sociais: novas identidade e identificações comuns. In: FRANTZ; W. GERHARDT; M.C. AMARAL; A. G. do (org.) *Ações e Experiências Educativas no Campo da Educação Popular*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2017. p. 59-76.

GOHN, M. G. Educação não formal na pedagogia social. In: Congresso Internacional Pedagogia Social Mar. 1. 2006, [S. l.], *Anais [...]*. [S. l.], 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Minas Gerais, v. 16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

LIPSH, V. T. A Educação Popular: contribuindo na recriação dos espaços escolares. Erechim: Graffoluz 2002.

MARCELINO, J. Por uma geografia decolonial- as dimensões epistêmicas da raça e do racismo no pensamento geográfico. In: X Copene - Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 2018, Uberlândia-MG. *Anais [...]*. Uberlândia-MG: X Copene, 2018.

MOTA NETO, J. C. da. *Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. 2015. 370 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/TeseColares2015.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

MOTA NETO, J. C. da; STRECK, D. R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 78, p. 207-223, nov./dez. 2019.

ONÇAY, S.T.VON. Escola das classes populares: Contribuindo para a construção de políticas públicas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, 168p

PALUDO, C. *Educação Popular e Movimentos Sociais*. Julho de 2005. Disponível em: <https://rest.formacontrolesocial.org.br/materials/conceicao-paludo.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. 2005, p. 117-142.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificacion social. *Journal of world-systems research*, [S. l.], 2000, v. 11, n. 2, p. 342-386.

SILVA, W. F. da; SILVA, E. F. Educação Popular e saberes outros: um olhar sobre a prática educativa por meio das lentes dos estudos pós-coloniais. In: III Congresso Nacional de Educação. 2016. [S. l.]. *Anais [...]*. [S. l.], 2016. Disponível em:



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

10 ENCONTRO NACIONAL DE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

<http://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA2_ID3952_15082016095813.pdf> Acesso em: 13 out. 2019.

STRECK, D. R. Uma pedagogia do movimento: Os movimentos sociais na obra de Paulo Freire. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 18, n. 36, p. 165-177, jan./abr. 2009.